



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

DAIANA CORRÊA LOPES

**RELATO DE VIVÊNCIA ESCOLAR EM ILHA DE FORA: O PROGRAMA  
CAMINHO DA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ (2011-2015)**

BELÉM

2025

DAIANA CORRÊA LOPES

**RELATO DE VIVÊNCIA ESCOLAR EM ILHA DE FORA: O PROGRAMA  
CAMINHO DA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ (2011-2015)**

BELÉM

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C824r    Corrêa Lopes, Daiana.  
          Relato de vivência escolar em Ilha de Fora: O Programa  
          Caminho da Escola no Município de Curuçá (211-2015) / Daiana  
          Corrêa Lopes. — 2025.  
          25 f. : il. color.

          Orientador(a): Profª. Dra. Maria do Socorro da Costa Coelho  
          Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,  
          Instituto de Ciências da Educação, Faculdade de Educação, Belém,  
          2025.

          1. Educação. 2. População Ribeirinha. 3. Direito a  
          Educação. 4. Educação Básica. I. Título.

CDD 370.91734

---

Dedico este trabalho à minha avó Margarida Nonata, ao meu tio Josiel Diniz e ao meu primo Nadielson Contente, que já não estão presentes fisicamente, mas permanecem vivos em meu coração. A ausência de vocês se transforma em saudade todos os dias, mas também em força e motivação para seguir adiante, pois esse momento seria celebrado por vocês, com todo amor que tinham por mim, Que cada passo meu seja reflexo do amor, da sabedoria e dos exemplos que deixaram. Esta dedicatória é um tributo eterno à memória de vocês, que continuam sendo parte fundamental da minha história.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço ao meu Deus, pois até aqui me sustentou!

A minha Mãe Rosinalva e minha Irmã Deborah, que foram minhas maiores apoiadoras no meu processo de graduação e na vida!

A minha irmã Thalyara que sempre me apoiou e foi para mim uma inspiração em minha jornada acadêmica.

Ao meu amado esposo Herick, que nunca duvidou do meu potencial.

Ao meu Pai Marivaldo, que sempre se sacrificou para que eu pudesse estudar e correr atrás dos meus sonhos!

A minha amada Família Corrêa que sempre vibraram com cada conquista minha!

A família Vitória que foi fundamental no início de minha jornada acadêmica!

A Exma. Dra. Maria do Socorro Coelho, que me auxiliou com toda empatia e carinho na elaboração deste trabalho.

# **RELATO DE VIVÊNCIA ESCOLAR EM ILHA DE FORA: O PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ (2011-2015)**

DAIANA CORRÊA LOPES

## **Resumo**

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência de uma egressa da educação básica do município de Curuçá - PA, que busca analisar os desafios enfrentados por alunos da comunidade de Mutucal entre os anos de 2011 a 2015, bem como a relevância do Programa Caminho da Escola no processo de inclusão educacional dessa população ribeirinha. A presente exposição parte do princípio de que a educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, mas ainda negado a muitos brasileiros em razão de condições socioeconômicas e geográficas adversas. Ao revisitar minha trajetória escolar, evidencia que, embora tenha conseguido alcançar o ensino superior, a maioria de meus colegas enfrentou dificuldades significativas, como evasão escolar e falta de oportunidades. Nesse contexto, destaca-se a importância de políticas públicas capazes de reduzir desigualdades históricas na Amazônia, em especial no que se refere ao acesso ao transporte escolar como condição básica para a permanência dos estudantes na escola. O estudo adota uma abordagem qualitativa, centrada nas narrativas pessoais da discente Daiana Corrêa Lopes e em revisão bibliográfica de artigos, dissertações, teses, documentos oficiais e legislações relacionadas à educação básica e ao transporte escolar. A metodologia busca compreender não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também os mecanismos de superação que permitiram a continuidade dos estudos, ressaltando o caráter social e científico da investigação.

## **Palavras Chaves**

Educação -População Ribeirinha – Direito a Educação Básica

## **ABSTRACT**

This paper is an account of the experience of a graduate of basic education in the municipality of Curuçá - PA, which seeks to analyze the challenges faced by students in the Mutucal community between 2011 and 2015, as well as the relevance of the Caminho da Escola Program in the educational inclusion process of this riverside population. This exposition starts from the principle that education is a right guaranteed by the 1988 Federal Constitution, but still denied to many Brazilians due to adverse socioeconomic and geographical conditions. Revisiting my school trajectory, it becomes evident that, although I managed to reach higher education, most of my colleagues faced significant difficulties, such as school dropout and lack of opportunities. In this context, the importance of public policies capable of reducing historical inequalities in the Amazon is highlighted, especially regarding access to school transportation as a basic condition for students to remain in school. This study adopts a qualitative approach, focusing on the personal narratives of student Daiana Corrêa Lopes and a bibliographic review of articles, dissertations, theses, official documents, and legislation related to basic education and school transportation. The methodology seeks to understand not only the difficulties faced but also the mechanisms for overcoming them that allow for the continuation of studies, highlighting the social and scientific nature of the investigation.

## **Keywords**

Education - Riverside Population - Right to Basic Education

## Introdução

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. O artigo 205 da Constituição Federal afirma que a educação deve ser promovida e incentivada para que as pessoas se desenvolvam plenamente, e se preparem para a cidadania e se qualifiquem para o trabalho. Consoante a isso, sabemos que esse direito é negado a muitos cidadãos brasileiros, e por meio desse direito negado, uma parte da população acaba não concluindo a educação básica, resultando em evasão escolar, por condições precárias na área da educação.

A educação básica é a pedra angular para o desenvolvimento pessoal, social e profissional de qualquer indivíduo. No entanto, o acesso e a qualidade da educação variam significativamente em diferentes regiões do Brasil, particularmente em áreas mais remotas, como o interior da Amazônia. Nesse contexto, a trajetória educacional de muitos alunos é marcada por uma série de desafios que vão muito além das salas de aula. Ao analisar as dificuldades enfrentadas por egressos da educação básica da cidade de Curuçá, busca-se entender os obstáculos e o processo de superação que esses alunos enfrentam em suas jornadas educacionais, segundo Cury (2002):

A educação básica torna-se, dentro do art. 4º da LDB,<sup>1</sup> um direito do cidadão à educação e um dever do Estado em atendê-lo mediante oferta qualificada. E tal o é por ser indispensável, como direito social, a participação ativa e crítica do sujeito, dos grupos a que ele pertença, na definição de uma sociedade justa e democrática.

No presente relato de experiência, minha aproximação com a temática de egressos da educação básica, relaciona-se com minha própria história, pela consciência de ter vindo de uma educação básica controvertida, porém superada, no passado almejei chegar ao ensino superior, e é com grande contentamento que no presente momento estou vivendo este sonho, pois infelizmente a maioria de meus colegas de classe não obtiveram o mesmo feito, dado que, alguns não concluíram a educação básica, e outros tinham em vista cursar o nível superior, todavia, não alcançaram este objetivo.

---

<sup>1</sup> LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96) é a principal legislação que organiza o sistema educacional brasileiro, definindo os princípios, diretrizes e a estrutura da educação em todos os níveis (infantil, fundamental, médio, superior) e modalidades, tanto para escolas públicas quanto privadas.

Curuçá é uma cidade situada no estado do Pará, na região Norte do Brasil. Localiza-se a cerca de 141 km de Belém, a capital do estado. A cidade está inserida na Amazônia e possui uma economia predominantemente voltada para a agricultura e o extrativismo.

A Vila de Mutucal está situada no interior da Ilha de fora, na Amazônia, e é um centro de tradições locais ligadas à pesca de curral, à extração de moluscos do manguezal e à produção artesanal de farinha de mandioca. Embora não haja informações detalhadas sobre a sua história específica, é possível deduzir que suas origens estão ligadas às atividades de subsistência e à cultura indígena, já que o termo "Mutucal" e as práticas locais têm raízes na língua tupi.

Este depoimento, portanto, justifica-se pela necessidade de dar voz às histórias dos alunos de Ilha de Fora, de entender as múltiplas camadas de dificuldade que os alunos e alunas de Mutucal-PA, enfrentaram durante sua formação na Educação Básica. Com base nas experiências vividas por mim, espero expor os fatores mais determinantes que contribuíram para suas dificuldades durante suas formações e a importância do transporte escolar nessa jornada. Esta narrativa carrega com sigilo a relevância social, que está no fato de registrar minha trajetórias como egressa do município de Curuçá, através dos meus relatos de forma humanizada, busca-se inspirar discussões sobre políticas públicas e práticas pedagógicas que realmente atendam às necessidades dessa comunidade, promovendo um ensino de qualidade e oportunidades de sucesso para todos.

É importante destacar que no de 2011, minha chegada na Vila de Mutucal, houve a implantação de um importante programa que contribuiu para o acesso a Educação Básica para os filhos (as) dos ribeirinhos . trata-se do “Programa Caminho da Escola” criado em 2007, chegando no município de Curuçá em 2011, se revelando como uma política importante de inclusão social e garantia da oferta de Educação Básica em territórios de Rios e Florestas Paraense. Para tanto levanto a seguinte questão: Quais os desafios enfrentados pelos alunos e alunas da ilha de fora ( mutucal) para ter acesso a educação básica no período 2011 a 2015?

O período relatado no presente trabalho, explica-se pelo fato de ser o período em que vivenciei a educação básica em Curuçá, dando início aos estudos no Município Curuçá no ano de 2011 e concluído minha jornada em 2015.

A Educação Básica, conforme definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), é formada por três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e constitui a base de toda a formação escolar do indivíduo. Sua função é garantir que cada estudante desenvolva competências essenciais para compreender a sociedade em que vive, participar dela de forma ativa e seguir ampliando seus estudos ou

ingressando no mundo do trabalho. A legislação reforça que essa etapa deve assegurar uma formação integral, que envolva tanto a dimensão cognitiva quanto aspectos sociais, culturais e humanos, sempre pautada pelos princípios de igualdade de acesso, permanência e qualidade. Mais do que um conjunto de conteúdos escolares, a Educação Básica representa uma etapa estruturante da vida.

Apesar de sua importância, o Brasil ainda convive com profundas dificuldades quando se trata de garantir esse direito. Na prática, muitos alunos encontram barreiras que vão desde a falta de infraestrutura escolar até dificuldades de transporte, longas distâncias percorridas diariamente e ausência de materiais didáticos. Esses desafios são ainda mais evidentes em regiões como o interior da Amazônia, onde as características geográficas como os rios, áreas de difícil acesso e comunidades isoladas tornam o percurso educacional muito mais complexo.

Em localidades ribeirinhas do Pará, como Curuçá, particularmente, a Vila de Mutucal na Ilha de Fora, a realidade educacional é diretamente atravessada por essas condições. O deslocamento até a escola ocorre quase sempre pelo rio, em trajetos longos que dependem da maré, de embarcações disponíveis e das condições climáticas. É comum que o trajeto de ida ou volta seja cansativo, o que afeta a frequência, o rendimento escolar e, muitas vezes, a permanência do aluno na escola. Assim, o que deveria ser um direito garantido acaba se tornando uma luta diária.

Por isso, discutir a Educação Básica nesses territórios exige um olhar para além da sala de aula. É preciso considerar o contexto social, cultural e ambiental que rodeia esses estudantes. A ausência de políticas públicas ajustadas à realidade amazônica como transporte escolar adequado, escolas com condições estruturais adequadas e materiais pedagógicos suficientes contribui para o aumento das desigualdades e limita as oportunidades de desenvolvimento humano.

Ao ampliar a discussão sobre Educação Básica neste trabalho, busco justamente evidenciar que a formação dos alunos da Ilha de Fora não pode ser dissociada de seu território. Para que esse direito seja plenamente garantido, é necessário reconhecer os desafios específicos da região e pensar políticas que dialoguem com as necessidades concretas dessas populações.

Com o referido trabalho pretendo registrar os desafios que meus colegas e familiares enfrentaram e que também enfrentei, em menor ou maior grau, são questões complexas que exigem uma análise profunda para serem compreendidas em toda sua extensão.

## **Metodologia**

Para atingir o objetivo proposto, o estudo será de natureza qualitativa com o foco nas narrativas e experiências vividas pela discente Daiana Corrêa Lopes, buscando explorar suas experiências e desafios durante a conclusão da educação básica, “[...]os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos.” (NEVES,1996,p.2). Será realizada uma revisão bibliográfica que incluirá artigos acadêmicos, teses, dissertações relacionadas ao tema, plano educacional do Município de Curuçá e a Resolução nº 03, de 28 de março de 2007, do Conselho Deliberativo do FNDE.<sup>2</sup> As buscas de FONTES foram realizadas em bases de dados como o Catálogo de Dissertações da CAPES, Scielo, google acadêmico e outras bibliotecas digitais relevantes, “A pesquisa bibliográfica é importante desde o início de uma pesquisa científica, pois é através dela que começamos a agir para conhecer o assunto a ser pesquisado, ou seja, desde o início[...]”(SOUZA et al, 2021,p.5).

O relato em questão, visa oferecer para a Comunidade Científica e agregar valor ao campo da educação ao fornecer dados específicos e análises detalhadas sobre egressos da Educação básica. A relevância científica reside no fato desta pesquisa ser pioneira no município e em segundo, a carência bibliográfica sobre o assunto.

## **Aspectos gerais do município de Curuçá**

O Município de Curuçá, localizado no Estado do Pará, está aproximadamente 141 km da capital Belém, o perfil desse município destaca a área territorial de 676,322 km<sup>2</sup> (IBGE<sup>3</sup>, 2023), população estimada de 44.413 habitantes em 2024 e a densidade demográfica de 61,01 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). No que concerne os aspectos da educação e da economia destaca-se: em 2010, 96,6% das crianças de 6 a 14 anos escolarizadas, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) registrou equivalente a 0,582 em 2010 (classificação considerada média), enquanto o PIB (Produto Interno Bruto) per capita alcançou R\$ 8.998,53 em 2021, por fim as

---

<sup>2</sup> FNDE ( Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) responsável por executar e financiar políticas e programas educacionais em todo o Brasil.

<sup>3</sup> IBGE( Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o órgão oficial do governo brasileiro responsável por coletar, analisar e divulgar dados sobre a população, economia, território, geografia e meio ambiente do país.

receitas brutas de R\$ 146.923.516,21 e as despesas brutas empenhadas de R\$ 141.795.981,60, indicando relativa estabilidade financeira (IBGE, 2025).

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 33 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 3641 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,3 e para os anos finais, de 4,2. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 99 e 57 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 5114 e 4071 de 5570. (IBGE, 2025).

Especificamente no ano de 2023, Curuçá registrou 5.712 matrículas no ensino fundamental e 1.631 matrículas no ensino médio, bem como conta com 254 docentes no ensino fundamental e 71 docentes no ensino médio, todos lotados nas 54 escolas de ensino fundamental e nas 6 de ensino médio.

Em relação ao aspecto histórico, a fundação do local teve origem com os jesuítas, no século XVII era denominado como Fazenda Curuçá, e após a expulsão dos jesuítas foi considerado Vila Nova D'El-Rei, a qual extinguiu-se em 1758, até uma restauração ocorrida em 1850 renomear a região como

“Curuçá” que em 1895 tornou-se cidade por meio da Lei Provincial nº 236. Desse modo, no século XIX houveram conflitos políticos os quais levaram à extinção temporária da vila, e o período da Cabanagem em 1830 agravou essa situação e repercutiu na perda de documentos locais importantes. Já no século XX, o município passou por sucessivas reorganizações: foi extinto em 1930 sendo anexado a municípios vizinhos e posteriormente emancipado em 1933; Entre as décadas de 1930 e 1990, os distritos de Lauro Sodré, Ponta de Ramos e Terra Alta foram criados, modificados ou emancipados. Nesse sentido, no período atual, o município de Curuçá é composto por 4 distritos: a sede Curuçá, Lauro Sodré, Murajá e Ponta de Ramos. (Site da Prefeitura Municipal de Curuçá, 2025; IBGE, 2022).

Hodiernamente, a Secretária Municipal de Educação Hellen Laíse P. Alves, e a localidade de Curuçá é regida pelo Prefeito nascido no município Hamilton Brito dos Santos Alves desde o ano de 2024, tendo em vista sua atuação como vice prefeito em 2016 para o mandato de 2017 a 2020, e reeleito vice prefeito em 2020 para o mandato de 2021-2024, o então curuçaense foi eleito com 17.070 votos para Prefeito municipal de Curuçá 2025 – 2028 (Site da Prefeitura Municipal de Curuçá, 2025; IBGE, 2022).

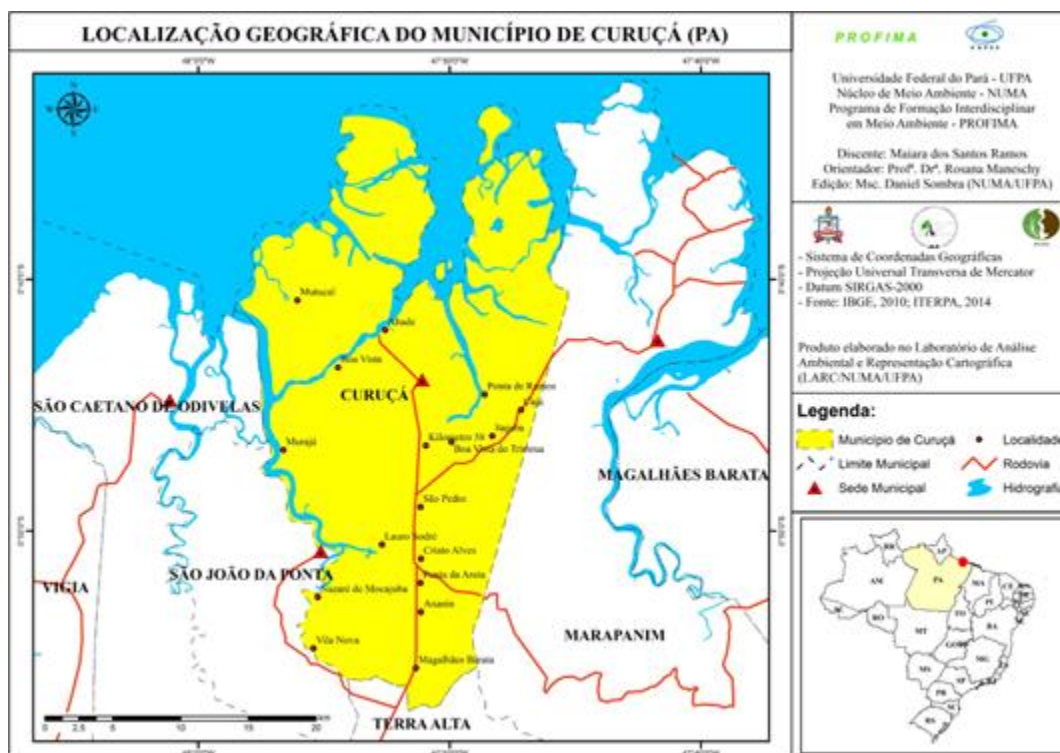
Com o intuito de situar geograficamente o município de Curuçá em relação ao estado do Pará, apresenta-se as figuras a seguir, onde consta o Mapa do município:

Figura 1:Localização do município de Curuçá-PA.



Fonte: Wikipédia. Curuçá. 8 de setembro de 2006.

Figura 2: Município de Curuçá.



Fonte: LARC (NUMA/UFPA); Maiara Ramos; Rosana Maneschy; Daniel Sombra. Universidade Federal do Pará (UFPA); Núcleo de Meio Ambiente (NUMA); Curuçá (PA) - Localização, 2016.

Com isso, percebe-se portanto que o território de Curuçá contempla rios, dado que está localizado na região amazônica a qual se caracteriza pela alta pluviosidade, isto é, região chuvosa predominantemente de clima úmido com temperaturas médias elevadas de 25°C a 30°C. Ademais, alguns rios perpassam a região de Curuçá, o Rio Marapanim, o Rio Curuçá, o Rio Apeú e também Igarapés e canais que também atingem municípios adjacentes que estão próximos de Curuçá como São Caetano de Odivelas, Marapanim, Terra Alta, Vigia, São João da Ponta, Magalhães Barata, Maracanã, São Francisco do Pará (Site Cidade-Brasil, 2024)

No que concerne aos aspectos educacionais de Curuçá, de acordo com o Plano Municipal de Educação (PME), as redes de ensino pública nas esferas municipal, estadual e de rede privadas ofertam todas as etapas da educação básica, ou seja, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos. (p. 6, PME, 2022). Além disso, o PME estabelece metas e algumas dizem respeito ao transporte escolar:

Meta 3- Universalizar, até 2025, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 18 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

3.7. Garantir o transporte escolar em todos os turnos ofertados pelas escolas, para o atendimento das necessidades de locomoção dos alunos.

Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

7.9. Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares que envolvam material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Meta 20 - Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

20.6. Criar e implementar política de financiamento, em regime de colaboração como estado e com a união, para solucionar problemas relacionados ao transporte escolar, alimentação escolar, reforma e/ou construção principalmente, no atendimento dos estudantes do campo, em relação ao pagamento de despesas, como forma de assegurar um transporte frequente e de qualidade com a presença de monitores, para todos os níveis e modalidades da educação básica. (Plano Municipal de Educação de Curuçá, 2022).

Em suma, as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação refletem objetivos integrados a locomoção dos estudantes a fim de assegurar a permanência e o acesso à escola, com a intenção de fomentar programas suplementares como alimentação, material, saúde e transporte garantido, e também de ampliar o investimento público em educação para até 10% do PIB, especialmente para transporte, alimentação e infraestrutura escolar.

O Município de Curuçá conta com 56 unidades de ensino dentre elas, Municipais, Estaduais e privadas como indicado no esquema abaixo que se encontra no plano educacional do Município:

### **Programa caminho da escola e sua instauração no Município de Curuçá**

#### **1- Estabelecimento de Ensino por Dependência Administrativa**

| ESCOLAS   |        |    |
|-----------|--------|----|
| MUNICIPAL | CIDADE | 8  |
|           | CAMPO  | 43 |
| ESTADUAL  | 3      |    |
| PRIVADA   | 2      |    |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

O Programa Caminho da Escola foi instituído em 2007 por meio da Resolução nº 03, de 28 de março de 2007, do Conselho Deliberativo do FNDE. Posteriormente, o programa foi regulamentado pelo Decreto nº 6.768, de 10 de fevereiro de 2009, da Presidência da República.

Para assegurar o direito à educação, o Governo Federal, no âmbito do Ministério da Educação (MEC): implementou a política do transporte do escolar por meio de três iniciativas: o Programa Nacional de Transporte Escolar, (PNTE), que foi descontinuado em 2007; o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e Programa Caminho da Escola.( OLIVEIRA,2020).

O Programa Caminho da Escola tem como propósito assegurar o acesso e a permanência dos estudantes da educação básica da área rural. Entre seus principais objetivos estão a renovação da frota de veículos escolares, a garantia de segurança e qualidade no transporte dos alunos, a padronização dos veículos e a redução da evasão escolar. Além disso, o Programa busca diminuir os custos na aquisição dos veículos e promover maior transparência nos processos de compra.

Visando a redução da evasão escolar rural nos municípios brasileiros, o Ministério da Educação criou o Programa Caminho da Escola, o qual incumbiu a renovação, padronização e ampliação dos veículos de transporte escolar voltados para estudantes residentes em áreas rurais e ribeirinhas. (RODRIGUES, PEREIRA,2022, p.2).

Este programa chegou no Município de Curuçá no ano de 2011, os transportes fornecidos pelo programa que alcançaram os alunos e alunas das comunidades de Ilha de For a e Iririteua, os veículos disponibilizados foram, um ônibus e uma lancha, antes desses transportes os alunos eram transportados em uma kombi em condições inseguras, que pertencia a um morador da comunidade, infelizmente apenas um número pequeno de alunos eram contemplados, no entanto, com a chegada do programa um número maior de alunos pode ser atendido, com mais segurança e conforto.

O Programa Caminho da Escola, visando garantir a permanência e o acesso aos estudantes da educação básica, teve como principais objetivos a renovação da frota de veículos escolares, a garantia da segurança e da qualidade do transporte dos estudantes, a padronização dos veículos e a redução da evasão escolar. (RODRIGUES, PEREIRA,2022,p.4)

Figura 2 – Lanchas de transporte



Fonte : Calilanotícias.com(2025,12 de setembro) <https://www.calilanoticias.com/2012/07/araci-estudantes-de-poco-grande-sao-contemplados-com-duas-lanchas-do-programa-caminho-da-escola?amp=1>.

Figura 3 – ônibus de transporte



Fonte: Auto indústria(2025, 12 de setembro) <https://www.autoindustria.com.br/2024/04/10/caminho-da-escola-gera-venda-de-13-mil-onibus-da-iveco/amp/>.

Devido à grande extensão territorial, alguns alunos percorrem quilômetros até chegarem ao local onde o transporte escolar passa, necessitando saírem ainda na madrugada das suas casas, para pegarem o transporte.( COSTA et al, 2021, p.12). O ônibus escolar chegava na Vila de Mutucal por volta de 06:00h, os alunos aguardavam no cruzamento da rua principal da vila e da rua que levava até a ponte da vila, onde os pescadores atracavam seus barcos e realizavam o comércio de peixes, o motorista esperava uns 15 minutos e saía em direção a comunidade de Pedras Grandes, onde a lancha estava aguardando os alunos para realizar a travessia para São João de Abade, após a travessia os alunos que estudavam na unidade de ensino” Júpiter Maia “, unidade de educação Fundamental, seguiam o trajeto a pé, os demais que cursavam o ensino médio aguardavam o segundo ônibus que os levariam até as suas respectivas escolas. “O transporte escolar público apresenta-se como uma política pela qual a acessibilidade se materializa e torna-se possível” (SANTOS, 2013, p.9-10).

Infelizmente neste ano(2011) o Município de Curuçá passava por tensões políticas, que afetaram a Educação de forma negativa, pois havia greve dos professores que durou por meses, após esse período, as coisas não melhoraram significativamente, pois, havia uma grande falta de professores, ausência de lanche escolar e falta de transporte escolar o que afetava diretamente os alunos da Ilha de Fora, no que se refere ao transporte escolar, havia, falta de combustível e falta de manutenção adequada para os veículos, o que dificultava o acesso dos estudantes a escola, esses impasses perduraram durante toda minha formação na Educação Básica.

Desta forma, é nítido que o oferecimento do ensino público gratuito não é condição suficiente para garantir o acesso e a permanência dos estudantes em sala de aula, já que os obstáculos físicos, materiais e culturais acabam dificultando sua permanência.”(RODRIGUES,PEREIRA,2022,p.2).

### **O Percorso entre Ilha de For a e a Escola: Desafios Geográficos e Infraestruturais**

Infelizmente, os alunos residentes na localidade de Ilha de For a enfrentavam diversos obstáculos no acesso à unidade de ensino. Entre os principais desafios, destacavam-se as precárias condições das estradas e os efeitos das variações climáticas. De acordo com o Google Maps, o trajeto entre a Vila de Mutucal e a comunidade de Pedras Grandes possui uma extensão de aproximadamente 6,459 km. Durante o verão, as viagens transcorriam de forma relativamente tranquila. No entanto, no período de inverno, a situação se agravava consideravelmente, uma vez que as vias tornavam-se esburacadas, alagadas e escorregadias, dificultando significativamente a mobilidade do transporte escolar.

Vale salientar que a política de acesso ao transporte escolar no contexto da educação do campo enfrenta diversos obstáculos que prejudicam o direito à educação que deveria ser fundamentada nos princípios de igualdade, o aluno do campo sofre com a falta de infraestrutura adequada e até mesmo com a escassez de recursos pedagógicos. Além disso, a localização dispersa das comunidades dificulta a oferta educacional e compromete o acesso regular e de qualidade ao ensino.( CALDAS, CARMO,2025,p.6)

Além disso, as chuvas intensas frequentemente provocavam a queda de árvores sobre as estradas, bloqueando o tráfego de veículos. Essas ocorrências também acarretaram interrupções no fornecimento de energia elétrica, o que, por sua vez, comprometia o abastecimento de água na vila. Como consequência direta dessas adversidades, notava-se um elevado índice de ausência dos alunos na escola.

Além disso, quando analisamos essas dificuldades, entendemos como as políticas públicas governamentais se manifestam na prática, principalmente aos investimentos em infraestrutura educacional no campo. Portanto, é relevante explorarmos como as condições de acesso ao transporte escolar são reflexos dos desafios enfrentados pelas comunidades rurais, mas também como as escolhas políticas moldam o acesso à educação.( CALDAS,CARMO,2025, p.2).

A educação na Vila de Mutucal contava com as turmas do jardim 1 ao 7º ano, no entanto, a partir do 6º ano aulas eram ministradas no turno da noite e no ensino modular, todavia, minha

mãe não considera um ensino e horário adequado , naquele momento estava cursando o segundo semestre do 6º ano, então precisei ser matriculada em São João de Abade, onde a unidade de ensino fica a 9,1 km de distância de onde morava.

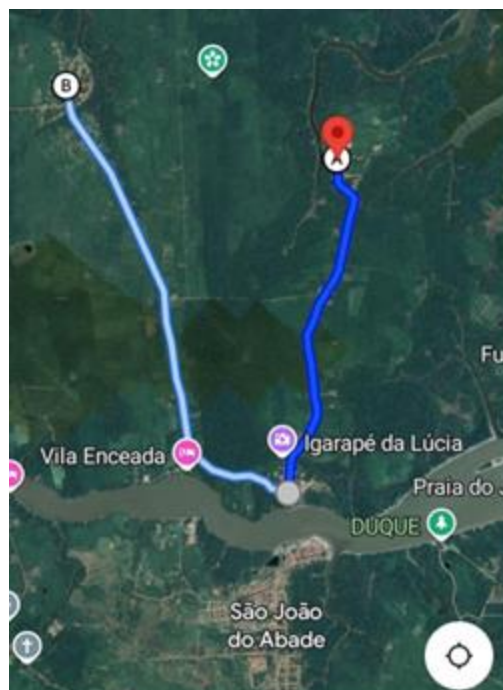
O ensino regular só havia na comunidade de São João de Abade e na Cidade de Curuçá, então os alunos e alunas de Ilha de Fora enfrentavam todas as manhãs o percurso de Mutucal á Pedras Grandes, os alunos saíam da Vila de Mutucal por volta de 6h e retornando às 14h ou 15h,“Devido à grande extensão territorial, alguns alunos percorrem quilômetros até chegarem ao local onde o transporte escolar passa, necessitando saírem ainda na madrugada,das suas casas, para pegarem o transporte.”( COSTA et al, 2021, p.12), o transporte escolar ia primeiramente até a comunidade Iririteua e depois seguia para a Vila de Mutucal, Lamentavelmente, os alunos que não dispunham de recursos para pagar a lancha permaneciam com fome até chegarem às suas residências para almoçar, uma situação que nos leva a refletir sobre a necessidade urgente de políticas públicas voltadas ao acesso e à permanência escolar na área rural, visto que os desafios enfrentados pelos alunos e alunas de Vila de Mutucal começa dentro de casa e vai para além da sala de aula .

Apesar de o poder público garantir que a igualdade de acesso à escola é a principal garantia de ingresso dos estudantes no sistema escolar, é importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à instituição de ensino. A

Garantia do acesso é essencial, mas é necessário, também, que todos os estudantes que ingressam na escola tenham condições de permanecer nela e aprender significativamente os conhecimentos indispensáveis à sua vida em sociedade.( SANTOS, 2021. P.110)

Segue a rota de retorno dos estudantes para a comunidade de Vila de Mutucal:

Figura 4 – Rota dos estudantes



Fonte: Google Maps

Os alunos de Ilha de Fora, realizavam a travessia em uma lancha fornecida pelo Programa Caminho da Escola. Entretanto, como a embarcação frequentemente apresentava problemas e falta de combustível, muitas vezes precisávamos contar com generosidade dos barqueiros que pudéssemos atravessar o rio. Além dessa dificuldade, havia também o obstáculo da ponte de madeira, bastante antiga e insegura. Durante o período chuvoso, ela se tornava escorregadia, o que era um obstáculo para comunidade de Ilha de Fora, em decorrência dessa dificuldade alguns estudantes caíam e se sujavam, em consequência, precisavam retornar para casa, impossibilitados de frequentar as aulas naquele dia.

Assim, considerando que o Brasil tem uma estrutura educacional marcada por desigualdades, são necessárias políticas e gestões para garantir o acesso à educação dos estudantes em condições de vulnerabilidade social, econômica e geográfica, como os que moram nas zonas rurais e que, para chegar à escola, muitas vezes,

Precisavam percorrer longos trajetos a pé, enfrentando sol, chuva, lama e outras adversidades que contribuíam para muitos estudantes da zona rural desistissem de estudar. (SANTOS, 2021,p.110).

Segue abaixo uma imagem da ponte em Pedras Grandes onde os alunos embarcaram na lancha escolar:

Figura 5 - Ponte de Pedras Grandes



Fonte: Autoria própria, 2025.

## ANÁLISE E DISCUSSÕES

No dia 1º de outubro de 2011, vivendo a plenitude dos meus 12 anos, mudei juntamente com minha família, de Belém para a Vila de Mutucal, localizada no Município de Curuçá, onde residir por 10 anos, nesta localidade me deparei com um cenário educacional totalmente desigual ao que estava acostumada em Belém, onde pude notar o privilégio que tinha na área urbana, pois residia perto da unidade de ensino no qual estudava e me era ministrado todas as disciplinas que eram da grade curricular do ano que estava cursando.

Minha trajetória pessoal como egressa da educação básica, de certa forma, é uma exceção à regra. Foi necessária uma combinação de esforço pessoal, apoio familiar, resiliência e, de certa forma, foi necessário romper com as barreiras estruturais para assim alcançar meu lugar na graduação. Para muitos, a realidade foi diferente: o abandono escolar, a dificuldade de conciliar trabalho e estudos, a falta de infraestrutura e de suporte fizeram com que suas trajetórias educacionais fossem interrompidas ou limitadas.

Nesse sentido, faz-se necessário uma educação que realmente respeite e valorize a cultura da população do campo, não sendo considerada apenas uma modalidade de ensino, mas também como uma política pública que garanta a população camponesa os mesmos direitos educacionais garantidos à população urbana.( CALDAS,CARMO, 2025.p.7).

A Partir deste informe, pode ficar evidente o quanto os estudante de Ilha de Fora sofrem com a desigualdade em diversas esferas, o que fez com que alguns alunos não concluíssem a Educação Básica, o que afirmo com grande descontentamento, pois me vem a lembrança de jovens cheios de sonhos que ficaram no caminho, porém espero que hoje tenham retomado suas trajetórias educacionais. ”Em casos como os de estudantes residentes da zona rural e das áreas ribeirinhas os obstáculos físicos acabam dificultando o deslocamento até as instituições de ensino e conseqüentemente desmotivando os alunos a darem continuidade aos seus estudos.” (PEREIRA,2022,p.2)

Essa disparidade, entre aqueles que, como eu, conseguiram alcançar o Ensino Superior ou que seguiram outros caminhos de realização pessoal ou profissional, não deve ser interpretada como fruto de mérito individual ou esforço isolado. Em vez disso, é um reflexo das desigualdades sistêmicas que permeiam o acesso à educação nas áreas mais remotas da Amazônia

Com a chegada do Programa Caminho da Escola, em 2011, houve uma mudança significativa. As lanchas escolares passaram a oferecer maior segurança e regularidade no transporte, garantindo que os alunos e alunas chegassem à escola em melhores condições. O programa representou, portanto, um avanço importante no processo de inclusão educacional e na diminuição da evasão escolar. Contudo, nem sempre funcionava de forma plena: falhas técnicas, atrasos e a insuficiência no atendimento a todas as localidades revelaram que, apesar dos avanços, o programa ainda apresentava limitações.

A política de transporte escolar, mais especificamente, o Programa Caminho da Escola beneficia todas essas localidades a fim de garantir o deslocamento de estudantes no itinerário residência-escola, escola-residência. Todavia, a atuação do transporte escolar para garantir o acesso a escola desses estudantes à escola tem mostrado um contexto de adversidades na sua efetivação. (SANTOS, 2021, p.133).

No que se refere a manutenção, o Município que adquire os veículos e lanchas, passam a ser os responsáveis pelas manutenções necessárias, como encontrado na cartilha de manutenção dos veículos do transporte escolar.

“[...]A manutenção é por conta dos municípios, que devem arcar com todas as despesas de reparos e substituição de peças, e também com a mão de obra. Lembrando que os recursos repassados pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE devem ser utilizados para esta finalidade.”( FNDE,2019,p.12).

Os relatos vivenciados confirmam que o direito à educação não se resume à garantia de vagas, mas exige condições estruturais mínimas que assegurem o acesso e a permanência do aluno. Nesse sentido, o transporte escolar se revelou determinante para reduzir desigualdades e democratizar o ensino, mostrando que a conclusão dos estudos não pode ser entendida apenas como mérito individual, mas também como resultado de políticas públicas que possibilitam oportunidades reais.

Assim, compreender como a política foi recebida e como ela está sendo atuada é o eixo primordial da análise do contexto da prática, porque é nessa arena onde a política está sujeita a ser interpretada e recriada e produz efeitos e consequências que podem representar mudanças significativas na política original. (SANTOS, 2021, p.108).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou compreender os desafios vivenciados por estudantes da comunidade de Mutucal, no Município de Curuçá, no acesso e permanência na educação básica, entre os anos de 2011 e 2015. A análise evidenciou que, apesar de a educação ser um direito garantido pela Constituição Federal, sua efetivação sofre interferência de fatores socioeconômicos, culturais e geográficos, os quais afetam diretamente a trajetória escolar de alunos em regiões ribeirinhas da Amazônia.

Nesse contexto, constatou-se que o Programa Caminho da Escola teve papel decisivo, ao assegurar condições mínimas de transporte escolar, contribuindo para a redução da evasão e para a promoção da equidade educacional. A iniciativa demonstrou que a garantia de acesso à escola depende não apenas da oferta de vagas, mas também da implementação de políticas públicas capazes de atender às necessidades específicas de comunidades em áreas de difícil acesso.

Ao refletir sobre as experiências relatadas, ficou evidente que o sucesso educacional não se resume ao esforço individual, mas está ligado à existência de condições estruturais que viabilizem a permanência do aluno na escola. O registro dessas vivências reforça a importância de políticas públicas contínuas e eficazes, que ampliem o alcance de programas como o Caminho da Escola e fortaleçam o direito à educação em contextos amazônicos.

Por fim, ressalta-se que apesar das dificuldades a cidade de Curuçá representou um lugar de grande aprendizado e crescimento, não apenas escolar, mas também pessoal. Foi nesse território que se construíram valores, experiências e superações que marcaram minha trajetória

de vida e de meus colegas, tornando-se referência de resistência, resiliência e esperança em meio às adversidades.

Conclui-se, portanto, que investir em transporte escolar de qualidade, aliado a ações de melhoria da infraestrutura educacional, é essencial para assegurar oportunidades reais de desenvolvimento pessoal e social, consolidando a educação como instrumento de transformação e justiça social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da república. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 4 de set 2025.

BRASIL, **Ministério da Educação. Resolução Conselho Diretor/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação nº 03/2007**, Brasília, DF. De 28 de março de 2007.

BRASIL. **Presidência da República. Decreto da nº 6.768**, 10 de fevereiro de 2009. Brasília, DF, 2009.

CALDAS, Enildo Chaves; DO CARMO, Eraldo Souza. **A RELEVÂNCIA DA POLÍTICA DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO NO CAMPO: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS DOS ALUNOS DA VILA ANGELINÓPOLIS EM BAIÃO/PA**.

LUMEN ET VIRTUS, [S. l.], v. 16, n. 45, p. 1075–1091, 2025. DOI:10.56238/levv16n45-032. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/3372>. Acesso em: 6 set. 2025.

COSTA, M. C. G., ARAÚJO, S. R. E., Xavier, L. de A. M., Furtunato, K. V., de Abreu, M. C., & Tavares, H. S. (2021). **Os desafios do transporte Escolar no Município de Arraias- TO / The challenges of school transportation in the city of Arraias- TO**. Brazilian Journal of Development, 7(5), 50832-50846. <https://doi.org/10.34117/bjdv.v7i5.30104>.

CURUÇÁ, **Plano Municipal De Educação De Curuçá – Lei 2066/15** Alterado Conforme A Iv Conferência Municipal De Educação Realizada Nos Dias 18 E 19 De Abril De 2022 De

Forma Híbrida, 2022, Fonte: Prefeitura Municipal de Curuçá  
<https://share.google/FfFIWtuxkWIBGCTB0>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica no Brasil. Educação & Sociedade**, v. 23, p. 168-200, 2002.

GOOGLE MAPS, Pedras grandes, Iririteua e Mutucal,  
[https://maps.app.goo.gl/4ynktPQyzBXFrwZu8?g\\_st=ac](https://maps.app.goo.gl/4ynktPQyzBXFrwZu8?g_st=ac) , acesso em 09 de set, 2025.

GOVERNO FEDERAL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Manutenção dos veículos do transporte escolar**. Brasília, DF: FNDE, [ano]. Disponível em: [https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/caminho\\_da\\_escola/manuais/CARTILHA\\_Manutencao\\_dos\\_Veiculos.pdf](https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/caminho_da_escola/manuais/CARTILHA_Manutencao_dos_Veiculos.pdf). Acesso em: 15 set. 2025

NEVES, J. L.. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

OLIVEIRA, Adriano. **Uma Breve Análise do Programa Caminho da Escola, no período de 2015 a 2019 no âmbito do Distrito Federal. Monografia (Especialização)**—Instituto Sezerdello Corrêa—Escola Superior do Tribunal de Contas da União, Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, Brasília-DF, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ. Site oficial da Prefeitura de Curuçá – Pará. [S.d.]. Disponível em: <http://www.curuca.pa.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2025.

RODRIGUES, IGOR; PEREIRA, Denise. **Os impactos da política pública de transporte escolar rural nos índices de evasão escolar: uma revisão sistemática sobre o Programa Caminho da Escola**. Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2022.

SANTOS, J. P. S. **Transporte Escolar Rural no Distrito Federal: Uma Análise Estatística. 2013. Trabalho de conclusão de curso** (Bacharelado em Gestão de Agronegócios) — Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2013.

SANTOS, Larissa Amaro dos et al. **A atuação do programa caminho da escola no Município de Cuitegi/PB: significações para a educação do campo.** 2021.

SILVA, Antelmara de Sousa. O Sistema Organizado Modular de Ensino (Some) na Amazônia Paraense. 2024. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024

SOUSA, A. G.; OLIVEIRA, G.S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Funcamp, Monte Carmelo, MG, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.